



Caderno de Literatura

Porto Alegre - Dezembro 2006 - Ano X - nº 14



Sem Título

Técnica:
acrílico sobre tela

Dimensões:
0,75m x 0,75 m

Ano:
2006

PAULO PORCELLA é natural de Passo Fundo - RS. Graduado em Artes Plásticas, Desenho e Pintura na Escola de Artes da UFRGS. Pós-graduado em Artes Plásticas - Suportes Científicos e Práxis pela PUCRS. Em sua formação, teve vários mestres: estudou pintura com Ado Malagoli, pintura mural com Aldo Locatelli, técnicas de desenho com Luis Solari, litografia com Tadeus Lapinsky, entre outros. Desenvolve sua atividade profissional desde 1962, através de cursos, palestras, exposições individuais e coletivas no Brasil e exterior. Obteve vários prêmios e é professor de Arte no MARGS - Museu de Arte do Rio Grande do Sul, onde leciona desenho e pintura.

Caderno de Literatura

Fundado em 13 de junho de 1996

Caderno de Literatura na internet:
www.ajuris.org.br

Presidente da AJURIS

Denise Oliveira Cezar

Vice-Presidente Cultural

Andréa Rezende Russo

Diretor do Departamento de Cultura

Jorge Adelar Finatto

Conselho Editorial

Antonio Guilherme Tanger Jardim

Antonio Janyr Dall'Agnol Júnior

Carlos Saldanha Legendre

Jorge Adelar Finatto

José Carlos Laitano

Paulo Porcella (artista plástico)

Ricardo Pippi Schmidt

Jornalista Responsável

Carlos Alberto de Souza - 4994 DRT-RS

Revisão

Niamara Pessoa Ribeiro

Assistente Editorial

Viviane Muccillo Tigre

Projeto Gráfico

Karin Kazmierczak

Pré-impressão e Impressão

Gráfica Editora Pallotti

AJURIS

Rua Celeste Gobbato, 81 - 4º andar

Porto Alegre - RS - CEP 90110-160

Fone: (51) 3284.9100 - Fax: 3224.6844

E-mail: cadliteratura@ajuris.org.br

Tiragem: 25.000 exemplares

Distribuição gratuita

Apoio: Banco do Estado do Rio Grande do Sul

O *Caderno de Literatura* não é vendido, e todas as colaborações são feitas a título gratuito. É distribuído aos magistrados brasileiros e portugueses, a escolas, universidades, agentes e entidades culturais do Brasil e de diversos países.

A memória cultural é nosso assunto.

Caderno de

Dezembro 2006

04 *Preservação do meio ambiente: devemos assumir essa responsabilidade*
Andréa Rezende Russo

05 *Correio*

06 *Momento de beleza e esperança*
Jorge Adelar Finatto

Foto: Fernando Rocha



especial

08 *Interagir ou combater? Nas relações ser humano-natureza, um dilema chega ao fim*
Lilian Dreyer

10 *Movimento ambientalista no Rio Grande do Sul: impasses*
Melissa Ely Melo

12 *A agonia de um rio... ou um rio de agonia*
Roberta Pschichholz

14 *Cultura urbana: como viver num gigantesco e insustentável organismo?*
Rualdo Menegat

17 *Arquitetura popular*
Günter Weimer

- 19 ***A cultura na banca de jornais***
Moacyr Scliar
- 20 ***O best-seller da AJURIS***
Carlos Alberto de Souza
- 22 ***O nosso juiz***
Marcelo Carneiro da Cunha
- 24 ***As entrevistas de Nuremberg***
Luiz Lúcio Merg
- 26 ***Boas lembranças de Drummond a Tom Jobim***
Giuliander Carpes

artigos

- 28 ***Direito alternativo: divisor de águas entre o tradicional e o novo***
Elaine Carrasco
Paula Tweedie
- 31 ***Gaspar Martins e a Revolução de 1893***
Tupinambá Miguel Castro do Nascimento
- 35 ***Johnny Alf: há mãos que merecem ser beijadas***
Carlos Alberto de Souza
- 37 ***Tudo é linguagem***
Túlio de Oliveira Martins
- 39 ***Do bem que nos fazem as grandes vidas***
Luiz Felipe Magalhães
- 40 ***Os Juízes com poder de Rei***
Antonio Augusto Fagundes



Foto: Nádia Raupp Meucci

crônica

- Vitório Gheno 27
- 42 ***Porto Alegre***
Alvaro Moreyra

galeria

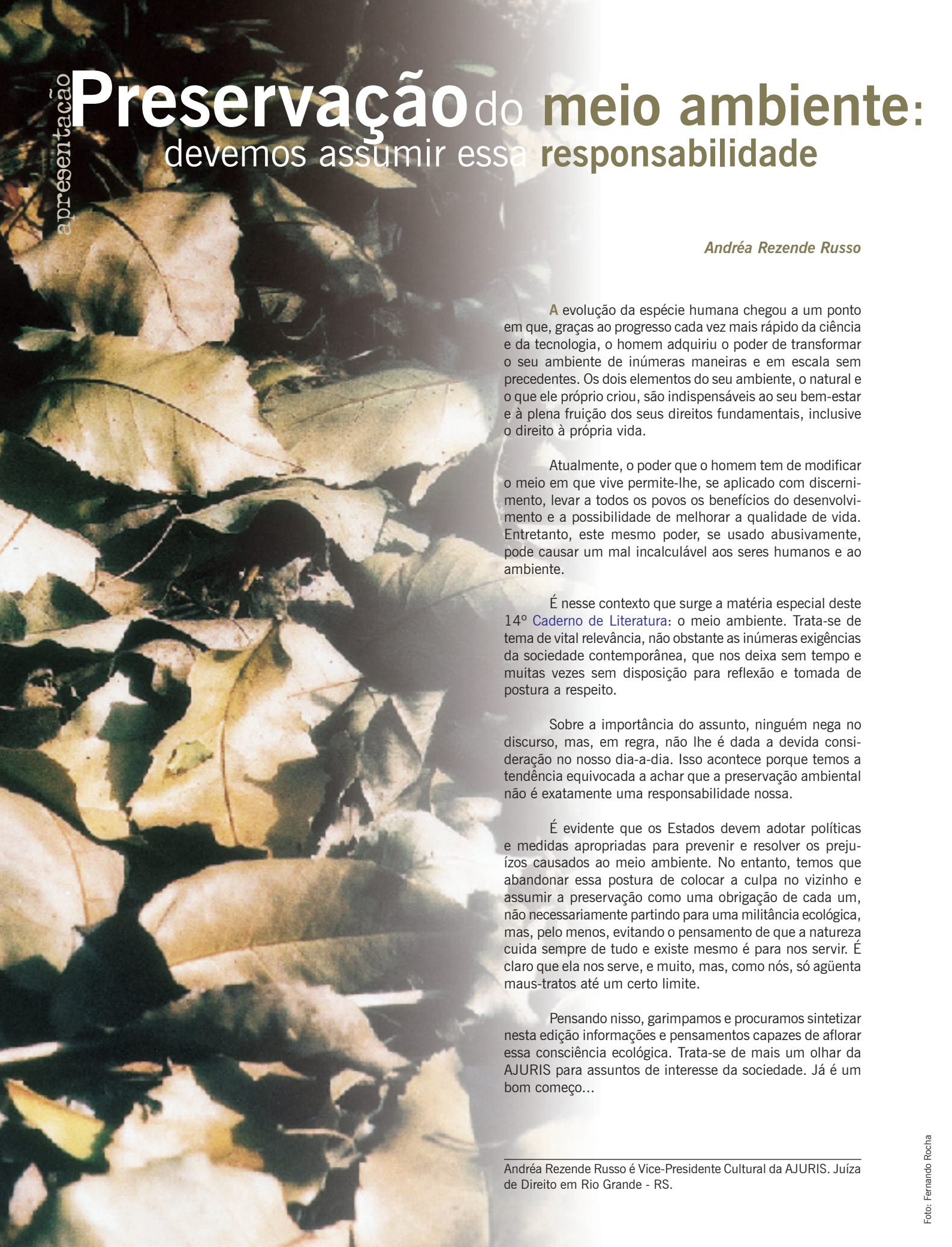
- Purgante*** 43
Tyrteu Rocha Vianna
- O apito do trem*** 44
Mário Carlos de Bem Osório
- Uma flor no amanhecer*** 45
Rinoceronte
Carlos Saldanha Legendre
- Canto V*** 46
Cyro Púperi
- Prosa empilhada*** 47
José Nedel
- Adeus, Grécia*** 48
Emanuel Medeiros Vieira
- Em suma, só*** 49
Adair Philippsen

poemas

Foto: Memória Parlamentar - ALRS



Joaquim
Francisco
de Assis Brasil

The background of the page is a close-up photograph of autumn leaves. The leaves are in various shades of yellow, orange, and brown, with some green still visible. They are scattered and overlapping, creating a textured, natural background.

apresentação **Preservação** do meio ambiente: devemos assumir essa **responsabilidade**

Andréa Rezende Russo

A evolução da espécie humana chegou a um ponto em que, graças ao progresso cada vez mais rápido da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar o seu ambiente de inúmeras maneiras e em escala sem precedentes. Os dois elementos do seu ambiente, o natural e o que ele próprio criou, são indispensáveis ao seu bem-estar e à plena fruição dos seus direitos fundamentais, inclusive o direito à própria vida.

Atualmente, o poder que o homem tem de modificar o meio em que vive permite-lhe, se aplicado com discernimento, levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e a possibilidade de melhorar a qualidade de vida. Entretanto, este mesmo poder, se usado abusivamente, pode causar um mal incalculável aos seres humanos e ao ambiente.

É nesse contexto que surge a matéria especial deste 14º [Caderno de Literatura](#): o meio ambiente. Trata-se de tema de vital relevância, não obstante as inúmeras exigências da sociedade contemporânea, que nos deixa sem tempo e muitas vezes sem disposição para reflexão e tomada de postura a respeito.

Sobre a importância do assunto, ninguém nega no discurso, mas, em regra, não lhe é dada a devida consideração no nosso dia-a-dia. Isso acontece porque temos a tendência equivocada de achar que a preservação ambiental não é exatamente uma responsabilidade nossa.

É evidente que os Estados devem adotar políticas e medidas apropriadas para prevenir e resolver os prejuízos causados ao meio ambiente. No entanto, temos que abandonar essa postura de colocar a culpa no vizinho e assumir a preservação como uma obrigação de cada um, não necessariamente partindo para uma militância ecológica, mas, pelo menos, evitando o pensamento de que a natureza cuida sempre de tudo e existe mesmo é para nos servir. É claro que ela nos serve, e muito, mas, como nós, só aguenta maus-tratos até um certo limite.

Pensando nisso, garimpamos e procuramos sintetizar nesta edição informações e pensamentos capazes de aflorar essa consciência ecológica. Trata-se de mais um olhar da AJURIS para assuntos de interesse da sociedade. Já é um bom começo...

Andréa Rezende Russo é Vice-Presidente Cultural da AJURIS. Juíza de Direito em Rio Grande - RS.

Nenhum encômio estará à altura do que, intitulado **Caderno**, na verdade é um compêndio de uma literatura de alto nível cultural, bem de conformidade com o prestígio da nunca demais louvada magistratura do Rio Grande do Sul. Com gratidão, estima e apreço,

Alyrio Cavallieri Desembargador - Rio de Janeiro - RJ

Agradeço aos amigos da AJURIS a gentileza com que me têm distinguido pelo envio do **Caderno de Literatura**, obra de elevada qualidade que bem representa a vanguarda da magistratura gaúcha.

Espero continuar recebendo as futuras publicações dessa excelente expressão da memória cultural, porque, nas palavras do caríssimo Dr. Finatto, "O tempo de estar no mundo é breve. Enquanto estamos vivos, sentemos em volta da mesa comum do tempo para a partilha da palavra. A partilha do pão, a partilha do abraço".

**Jorge Wagih Massad
Desembargador do Tribunal de
Justiça do Paraná**

Agradeço, sensibilizado, o envio da publicação da AJURIS – **Caderno nº 13**, que muito apreciei. Aproveito para agradecer os votos de Feliz Ano de 2006. Com os melhores cumprimentos.

**Artur Maurício
Presidente do Tribunal Constitucional
Lisboa - Portugal**

Estou escrevendo para agradecer o envio do **Caderno de Literatura** sobre as Missões. MUITÍSSIMO obrigado pela atenção e pela rapidez com que me atenderam.

Mais uma vez ressalto a extrema qualidade dos artigos e o *design* apurado da revista, o que torna a leitura, além de proveitosa, um prazer. Muito obrigado, mesmo! Saudações!

**Ubirajara Buddin Cruz
Bibliotecário UFPEL – Pelotas - RS**

Sempre com alegria, recebo o **Caderno de Literatura** da AJURIS, bem-feito, moderno e incitante pela qualidade de seus textos, mormente na evocação Literária da alma gauchesca.

**José Ribeiro Leitão
Guarapari - ES**



Gostei de todas as crônicas e, em especial, do *Memorial da Vida Breve*, que é um ensino à vida. Ficarei muito contente em receber a revista todas as vezes em que for editada, aqui neste longínquo Sertão Pernambucano, onde o homem, no dizer de Euclides da Cunha, "é antes de tudo um forte".

Que Deus ilumine os colegas no desejo imenso de nos ilustrar com seus ensinamentos e conhecimentos, concorrendo para nosso aperfeiçoamento.

**Aristóteles de Siqueira Campos
Sertânia - PE**

Registro o recebimento do fascículo nº 13 do **Caderno de Literatura**, revelador de notável esforço digno de todo apreço e real merecimento. Não poderia me furtar ao prazer de louvá-lo, já que a admiração é um sentimento espontâneo. Creio que os muitos louvores que este trabalho tem despertado são ainda bem pequenos em relação às inestimáveis serventias que vem prestando àqueles que, como eu, cultuam e sentem os primores da literatura luso-brasileira. Parabéns.

**Edson Coelho
Associação dos Magistrados de Pernambuco**

Com a satisfação de sempre, recebi o excelente **Caderno de Literatura** nº 13 e li, ávido, todo o exemplar, com publicações bem escolhidas, o que demonstra o zelo que tem a AJURIS com o seu Departamento de Cultura. Agradeço a remessa e aguardo a publicação nº 14, onde sei que lerei trabalhos publicados com esmero.

Márcio Aristeu Monteiro de Barros Desembargador - Belo Horizonte - MG

É com incontida satisfação que recebo o nº 13 da Revista **Caderno de Literatura**. É, sem dúvida, uma Revista de

conteúdo cultural inigualável. Agradeço-lhes *ab imo corde*.

**Minervino Bezerra de Farias
Desembargador - Rio Branco - AC**

Recebi o **Caderno de Literatura** nº 13. MUITÍSSIMO obrigado. Conteúdo e trabalho gráfico muito bons. Depois de lido, será guardado.

**Maurício Wagner
Curitiba - PR**

Mais uma vez, tive a grata satisfação de receber o **Caderno de Literatura** da AJURIS, instrumento histórico-cultural de grande importância, sob todos os aspectos, da magistratura brasileira.

**Eduardo de Moraes Oliveira
Desembargador - Brasília - DF**

Agradeço o encaminhamento do **Caderno de Literatura**, parabenizando Vossa Excelência pela altíssima qualidade que se vê nesta publicação.

**Sérgio William Domingues Teixeira
Juiz de Direito - Porto Velho - RO**

Recebi com muito agrado o exemplar do **Caderno de Literatura** nº 13, publicação que muito apreciei e que enriquecerá, sem dúvida, o acervo da Biblioteca do Superior Tribunal Administrativo e do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Retribuindo os votos de um Bom Ano, apresento os melhores cumprimentos, de muito apreço e estima.

**Manuel Fernando dos Santos
Serra**

**Presidente do Supremo Tribunal
Administrativo e do Conselho Superior
dos Tribunais Administrativos e Fiscais
Lisboa - Portugal**

Momento de beleza e esperança

Jorge Adelar Finatto

Não estejais ansiosos de coisa alguma, mas em tudo, por oração e súplica, junto com agradecimento, fazei conhecer as vossas petições a Deus; e a paz de Deus, que excede todo pensamento, guardará os vossos corações e as vossas faculdades mentais por meio de Cristo Jesus.

Filipenses 4: 6 e 7

O tempo não é amigo dos projetos humanos. E é especialmente adverso quando se trata de revistas culturais, que em regra duram muito pouco.

Faz dez anos que começamos a editar o *Caderno de Literatura*. Ninguém imaginava que chegaríamos tão longe, quando, em junho de 1996, lançamos o primeiro número em Santo Ângelo das Missões.

Não alimentávamos então ilusões de permanência: o Caderno surgia à margem do mundo do Direito. Mas fomos em frente, acreditando na idéia de uma publicação cultural. Havia uma motivação para isso. A realização da justiça não se faz apenas com base nos conhecimentos científicos, na lei, na doutrina, na jurisprudência. Boas bibliotecas jurídicas e confiáveis bancos de dados são instrumentos fundamentais, mas insuficientes para a realização do justo.

A justiça com que sonhamos e pela qual lutamos é a que se funda no pensamento humanista, no respeito incondicional ao ser humano, na capacidade do juiz em compreender o indivíduo em sua difícil missão de viver. Para o bom julgador, é imprescindível o contato com a literatura, o teatro, o cinema, a música, as artes plásticas, a filosofia, a história, etc. Mas todo esse arsenal de pouco valerá se o magistrado não tiver humildade e, acima de tudo, se não amar as pessoas. É necessário gostar de gente para ser um bom juiz.

O fato é que o tempo passou e aqui estamos, vivos, graças a Deus!

Entre as razões para essa vida longa está a postura da Ajuris, sempre comprometida com a comunidade, interessada no bem-estar e no aprimoramento social.

Outro motivo está na relação de afeto que mantemos com você, amigo leitor. Do Ministro do Supremo Tribunal Federal ao Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, passando pelo aluno do curso de alfabetização de Euclides da Cunha, cidade do interior da Bahia, todos são nossos parceiros nesta caminhada. Não há comarca neste país que não receba o Caderno.

Aos colaboradores, o reconhecimento pela confiança no projeto, que atende gratuitamente a milhares de pessoas no Brasil e em vários países de língua portuguesa. São vocês que tornam realidade a arquitetura deste sonho.

O presente número tem como matéria especial o meio ambiente. Pretendemos uma reflexão sobre a vida humana e a dos demais seres neste pequeno e frágil planeta. Esperamos contribuir para um olhar amoroso e uma relação sensível com a natureza.

A árvore que tomba no coração da Amazônia espalha seu sofrimento por todo o mundo. E não há ser vivo que não se ressinta de sua falta. Nenhum país resolverá isoladamente os problemas ambientais. Nações ricas e pobres suprimem suas florestas e estiolam seus recursos naturais. O mínimo que se espera é uma ação solidária entre os povos para cessar a destruição. Não se pode aceitar o discurso absurdo que pretende “salvar” o ambiente natural dos países do terceiro mundo e condenar ao atraso, à doença e à miséria as populações locais.

Em suma: ou nos damos as mãos ou vamos todos acabar no fundo do poço do abismo. O resto é conversa vazia de quem não quer mudar nada e já fez a opção pela morte.

Jorge Adelar Finatto é Diretor do Departamento de Cultura da AJURIS. Editor do *Caderno de Literatura*. Juiz de Direito em Porto Alegre - RS. finatto@tj.rs.gov.br



especial

meio



ambiente

Interagir ou combater?

Nas relações ser humano-natureza, um dilema chega ao fim

Lilian Dreyer

Ilustração: Carlos Stein sobre arte de Magdalena Lutzenberger



José Lutzenberger

O lendário ecologista gaúcho José Lutzenberger faz esta apreciação em texto publicado em *O Livro da Profecia*, editado pelo Senado brasileiro em 1997. Cinco anos mais tarde, Lutzenberger se ausentaria de Gaia, como ele preferia denominar a Terra, e as autoridades suíças iniciariam um trabalho de recuperação da Letten Station, a antiga estação de trens que se havia transformado em território livre para usuários de drogas. Letten Station já não amanhece coberta de agulhas e de corpos semi-comatosos. Entre 2002 e 2004, passou por um remodelamento que a transformou num aprazível parque-balneário, onde se teve inclusive o cuidado de não exagerar no tratamento paisagístico, de modo que o efeito final fosse leve e natural. Esses requintes de um país que tem dinheiro e cultura, entretanto, acabaram com um símbolo negativo, não com a drogadição. E os problemas gerados pelo modelo de progresso em voga, na sociedade humana como um todo, continuaram evoluindo, chegando agora às raias do paroxismo. As políticas desenvolvimentistas – fundadas em expansão industrial e consumo sem freios – não só não conseguem erradicar a miséria como ameaçam o que hoje conhecemos por civilização. Os cataclismos naturais e sociais desencadeados pelo modelo desenvolvimentista evidenciam nossa inadequação ecológica, como espécie, e sinalizam para o modo como a natureza costuma responder a essa inadequação...

Trata-se, de fato, de uma “morte anunciada”. Cumpre-se uma profecia. Uma profecia que dispensava bolas de cristal, requeria apenas conhecimento e bom senso. Quando Lutzenberger retornou ao Brasil, no limiar da década de 1970, interrompendo uma bem-sucedida carreira internacional como executivo da indústria química, começou a alertar para o fato de que as nuvens negras que avistava no horizonte não eram mero sinal de chuva benfazeja, mas signo da aproximação de uma tempestade arrasadora. No Rio Grande do Sul, onde Lutzenberger se reinstalou, ele e os companheiros de ativismo de primeira hora – Augusto Carneiro, Hilda Zimmermann, Magda Renner,

“Por que será que os filhos ricos da Suíça fenecem na sarjeta, em locais como a Letten Station de Zurique, tão desesperançados que só resta às autoridades buscar minimizar as conseqüências sociais de sua dependência de drogas pesadas? As pessoas estão eticamente cada vez mais desorientadas, o desespero e a insegurança crescem, aumenta a corrupção e a incapacidade dos governos em arcar com os problemas. Não obstante a clara visibilidade das conseqüências, a política econômica global, imposta pelas transnacionais e cegamente obedecida pela grande maioria dos governos, pretende estender industrialismo e consumismo até o mais remoto rincão do planeta”.

Giselda Castro, Flávio Lewgoy, Caio Lustosa, entre os que estavam sempre na mídia – produziram movimentação tão intensa que marcaram a cultura gaúcha; com o tempo, estenderam sua influência à cena brasileira, nos mais diversos tipos de ação, mas sempre partindo do mesmo ponto focal: repensar nossa relação com a natureza, redefinir o que é *progresso*. A pura e simples insistência no modelo de progresso adotado após a Segunda Guerra Mundial, alertavam eles incansavelmente, não nos levará ao bem-estar social, mas a um generalizado estado de pobreza e desordem. À degradação das bases físicas indispensáveis à nossa sobrevivência. À convulsão social. Ao colapso.

Do micro ao macro, conseqüências como a falta de água potável, o aquecimento global ou as massas urbanas excluídas que resultariam do modelo agroexportador baseado na química foram insistentemente apontadas durante pelo menos trinta anos. Lutzenberger, já mais próximo do fim de sua vida, dizia que lhe pareciam esdrúxulos os debates em torno da generalização da criminalidade e da violência na virada do século XXI:

- Mas o que esperávamos? Que os incontáveis milhões de deserdados perdessem também o instinto de sobrevivência? Que se recolhessem todos de forma pacífica e ordeira aos seus túmulos?

Ele recusava a questão, tantas vezes colocada, de que é preconceituoso afirmar que a pobreza leva a comportamentos desonestos e violentos. Nem a pobreza nem a opulência levam, necessariamente, à agressividade, à corrupção e a atos anti-sociais. O que, então? A frustração, resultante do estímulo incessante a um consumo irrealizável. O vazio ético, gerado pela desconexão com comunidades bem estruturadas e seus valores. O vazio espiritual, resultante do excesso de extroversão e de referência a objetos. A desordem física e a confusão mental, resultantes de um modo de vida demasiado distante da vitalidade natural. Demasiado distante da ordem da natureza. Demasiado distante da natureza.

A desafinação entre ser humano e natureza certamente não é o único dado dessa equação, é na verdade um dado novo que em pouco tempo tornou-se central, mas o fato é que o grupo gaúcho e outros grupos de ambientalistas ao redor do mundo muito cedo estabeleceram esta conexão, a conexão entre um modelo de progresso e a crise ambiental e social que hoje vivemos. Erraram em detalhes, equivocaram-se em dados e datas-limite, mas vislumbraram um quadro que acabou por se materializar.

Anteviram também que não serão as novas tecnologias que consertarão os danos causados pelos aparatos tecnológicos anteriores. O antídoto que eles receitam depende de aprendermos a desenvolver tecnologia com outra visão de mundo, partindo de outro paradigma: as perspectivas humanas mudariam de tom, tornar-se-iam positivas, se abandonássemos a pretensão de sermos os donos da natureza, se deixássemos de ser arrogantes, imaginando que estamos fora e acima das leis da natureza, e voltássemos a nos perceber como um dos seres da criação. Não a espécie que tem direito ao usufruto irrestrito das riquezas naturais, que tem o direito inclusive de multiplicar-se sem limites e de escravizar outras espécies, mas a espécie que tem o cérebro mais privilegiado e que, por usufruir desse privilégio, deve ampliar constantemente seu senso de responsabilidade – e sua sensibilidade. A espécie que pode escapar ao inexorável da natureza se aprender a imitar os métodos eficientes dela.

No dizer de Lutzenberger:

“A humanidade ainda precisa aprender a usar seu cérebro magnífico para interagir com a natureza, em vez de combatê-la sempre. Será muito mais vantajoso para ela”.

No estágio em que estamos agora, talvez não seja só a alternativa mais vantajosa, mas a única que nos resta.



Sinfonia Inacabada -
biografia de José Lutzenberger

Lilian Dreyer é jornalista e escritora. Autora de *Sinfonia Inacabada* (Vidicom Edições), biografia do ecologista José Lutzenberger, lançada em outubro de 2004. Contatos: biografialutz@vidicom.com.br - Fone: (51) 3212.0024.



Foto: Fernando Rocha



Movimento ambientalista no Rio Grande do Sul: impasses

Foto: Fernando Rocha

Melissa Ely Melo

○ Rio Grande do Sul é o Estado mais meridional do Brasil, possui uma topografia bastante diversificada, além de inúmeras paisagens e ecossistemas. No entanto, ao longo das décadas, pôde-se observar sua sucessiva perda de biodiversidade. Por esse motivo, a extinção de espécies gaúchas é tema freqüente em congressos e seminários sobre o tema.

Com o advento da monocultura de alguns gêneros agrícolas, principalmente a soja (*Glycine hispida*), como prática corrente no território rio-grandense, a redução da biodiversidade acelerou-se acentuadamente. Atualmente, com a perspectiva de necessidade de matéria-prima para a fabricação de papel e de celulose, devido à demanda por parte das indústrias desse ramo de produção no Estado, a monocultura de eucalipto (*Eucalyptus globulus*) será a próxima atividade visível na paisagem.

A vegetação até então existente no local tem características rasteira e arbustiva, mas não é pelo fato de não ser arbórea que deixa de ter imenso valor biológico. Nela coabitam flora e fauna que lhe são peculiares e que, certamente, com ela irão desaparecer. Em seu lugar serão plantadas milhares de mudas, porém todas clones umas das outras. Por isso, esse tipo de empreendimento jamais poderia ser chamado de “reflorestamento”. Também não podemos esquecer que essas plantas, após estarem “belas e nutridas” pelo solo gaúcho, serão todas cortadas e destinadas a se transformarem em papel. Que triste fim para uma “floresta”!

Além da alteração da paisagem, tanto a monocultura

de eucalipto quanto a própria produção de papel e de celulose são práticas altamente impactantes para o ambiente. É fato que será imensa a quantidade de nutrientes absorvidos do solo e, principalmente, de água consumida, essa última constituindo-se em recurso natural finito e de vital importância para os seres humanos e demais espécies existentes no Planeta.

Por sua vez, as referidas atividades trarão vantagens econômicas ao Estado, como é o caso de empregos à população bastante carente. No entanto, entende-se que não houve estudos suficientes no intuito de verificar se, realmente, essas possíveis vantagens serão benéficas a ponto de contrabalançarem os inestimáveis prejuízos ambientais.

Desde a consagração da Constituição Federal de 1988, vivencia-se a difícil tarefa de consolidação do Estado Democrático de Direito. Para tanto, diversas têm sido as tentativas de inserção dos cidadãos brasileiros na tomada de decisões políticas. Porém, no que diz respeito à atividade em análise, não foram observadas discussões públicas esclarecedoras. Nem sequer foram levadas em consideração as inúmeras experiências negativas, tanto nacionais quanto internacionais, de empreendimentos desse caráter. Esses são os casos, no Brasil, principalmente dos Estados de Minas Gerais e da Bahia e, no plano internacional, do Sudeste Asiático, da África e da Índia¹.

Apesar disso, tem havido intensa propaganda publicitária valorizando essa prática duvidosa. Publicidade que se utiliza de vários dos símbolos nacionais para persuadir a sociedade.

Nesse sentido, louvável foi a recente decisão da Juíza Federal da Vara Ambiental de Porto Alegre que proibiu “a circulação de qualquer propaganda onde o apelo publicitário seja a mensagem estritamente positiva do plantio de monocultura de árvores”, obrigando o Estado a viabilizar a contrapropaganda ao que já foi divulgado².

O desrespeito para com o ambiente, no Estado, já vem de longa data. Talvez por esse motivo o movimento ambientalista no Rio Grande do Sul tenha sido precursor não só no Brasil, mas no mundo. Mais especificamente no município de São Leopoldo, Henrique Luís Roessler, então funcionário da Capitania dos Portos, setor do Rio dos Sinos, demonstrou interesse na defesa da natureza, já em 1939. Em 1955, fundou a União Protetora da Natureza – UPN; dois anos depois, iniciou a escrever semanalmente para o jornal de maior circulação do Estado naquela época, totalizando 303 crônicas³.

Já em 1971, foi fundada em Porto Alegre a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - AGAPAN⁴. Em 1972, Magda N. Renner, liderando um grupo de mulheres influenciadas pelo ambientalista gaúcho José Lutzenberger, aderiu à luta ecológica do Brasil e fundou a Ação Democrática Feminina Gaúcha-ADFG, que nos dias de hoje é filiada à organização não-governamental Amigos da Terra, com sede em Porto Alegre e muito ativa nas questões ambientais brasileiras⁵. Posteriormente, em 1980, no mesmo município, Lutzenberger publicou seus livros: *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*⁶ e *Pesadelo Atômico*⁷, contribuindo enormemente para o enriquecimento da doutrina e da legislação ambiental existente atualmente e marcando para sempre a história do movimento ambientalista.

Apesar de todo o “passado de glória”, hoje se está caminhando em direção à destruição da paisagem do Estado, dos tão simbólicos “pampas gaúchos”, sempre presentes nos ricos contos e poemas representantes da cultura tradicionalista. Tem-se agora a obrigação de, no mínimo, questionar se é esse o rumo que se quer dar para a história rio-grandense, quem sabe recorrendo aos livros para mostrar aos filhos e netos o que um dia foi a tradição desse povo.

¹ Seminário Internacional sobre Eucalipto e seus Impactos, realizado em Vitória – Espírito Santo em 2002 e referenciado In: PINHEIRO, Sebastião. *Cartilha do Eucalipto*. Porto Alegre: Fundação Juquira Candiru, 2006. p. 82.

² Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/index.php?option=content&task=view&id=1654&Itemid=2>>. Acesso em: 17 de julho de 2006. Referente à Ação Civil Pública nº 2006.71.00.011310-0/RS.

³ CARNEIRO, Augusto Cunha. *A história do ambientalismo*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2003. p.126.

⁴ CARNEIRO, *op. cit.* p. 24.

⁵ CARNEIRO, *op. cit.* p. 18.

⁶ LUTZENBERGER, José. *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*. Porto Alegre: Movimento/UFRGS, 1980.

⁷ _____. *Pesadelo Atômico*. São Paulo: CHED Editorial, 1980.



A agonia de um rio... ou um rio de agonia

Roberta Pschichholz

ERA o início da piracema, época fértil para a vida no rio dos Sinos, principal provedor de água da região que ganhou seu nome, Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul. Período em que os peixes sobem à nascente do rio para se reproduzir. No meio do caminho, naquele final de semana entre os dias 6 e 8 de outubro de 2006, uma mancha interrompeu 15 quilômetros da maratona, entre a foz do arroio Portão (São Leopoldo) e o delta do rio Jacuí (Canoas). Na superfície do rio, havia uma barreira de descartes químicos de empresas próximas e dejetos orgânicos produzidos por moradores dos 32 municípios que compõem a bacia hidrográfica do rio dos Sinos. O que seria um espetáculo da vida que insiste em se manter em um rio maltratado pela ganância, há décadas, transformou-se em morte. Foram retiradas de suas margens, nas proximidades do município de Sapucaia do Sul, região metropolitana, 86 toneladas de peixes mortos (2,4 milhões de peixes), resultado do maior desastre ambiental dos últimos 40 anos.

Em relatório preliminar divulgado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), foram flagradas no período em que ocorreu o incidente seis empresas despejando efluentes fora dos padrões ambientais. Elas receberam multas que, juntas, somaram R\$ 1,217 milhão e estão respondendo a um processo criminal. As prefeituras dos 32 municípios que fazem parte dos 190 quilômetros de extensão entre Caraá e Canoas que compreendem a bacia hidrográfica do rio dos Sinos também foram autuadas. Receberam um prazo de 180 dias para apresentarem projetos de saneamento do esgoto que produzem.

Os dejetos produzidos pelo ser humano, aliás, são apon-

tados por autoridades ambientais como o ponto nevrálgico do Sinos. Em pesquisa em andamento realizada pelo Comitê de Preservação, Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos (Comitesinos), foi constatado que somente 4,34% do esgoto produzido pelos moradores da região são tratados.

Diante do desastre ecológico protagonizado pelo Sinos, a comunidade despertou para a consciência da necessidade da preservação da natureza e passou a cobrar atitude efetiva das autoridades ambientais. Isso porque, em 2002, situação semelhante maculou as águas do rio e, desde então, não foram apontados os culpados. Quanto ao incidente recente, o diretor-técnico da Fepam, biólogo Jackson Müller, assegura que as seis empresas autuadas são somente o início do que revelaram as investigações preliminares. Para os exames, foram coletadas amostras de peixes e da água nos momentos seguintes ao aparecimento dos peixes mortos. Metais pesados, baixa vazão, excesso de matéria química e orgânica e níveis baixíssimos de oxigênio foram alguns dos fatores, conforme Müller, que levaram à mortandade.

Episódio similar repetiu-se no dia 24 de outubro, quando os mesmos fatores citados anteriormente voltaram a se combinar e, dessa junção, resultou nova mortandade de peixes, porém em menor proporção.

Ainda há vida

Para quem monitora há anos as águas do rio dos Sinos, as 86 toneladas de peixes mortos não surpreendem. O professor de Biologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) Uwe Schulz, coordenador do Projeto Monalisa - Identificação

dos Pontos de Impacto da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, afirma que ainda há vida, sim, no Sinos. Ainda em fase de elaboração e captação de recursos, um projeto coordenado por Schulz pretende identificar a quantidade de peixes existente no rio, dado hoje desconhecido. “Seria de grande importância para o gerenciamento do rio possuírmos essas informações, mas ainda não temos data de início do projeto em função da necessidade de captação de recursos”, explica.

Dentre as espécies identificadas entre as 86 toneladas de peixes mortos, o biólogo comenta que a mais encontrada foi a popularmente conhecida como biru. Também não resistiram à intensa carga poluidora dourados, piavas e grumatãs, entre outras. A população de birus, estima o especialista, é a de mais rápida capacidade de recuperação. Ele projeta que sejam necessários dois anos para que se restabeleça. “Em termos gerais, nossa fauna tem uma vasta capacidade de recuperação e a do biru é uma das mais rápidas. Já o dourado, no entanto, necessitaria de pelo menos três anos”, avalia Schulz.

Os peixes, no entanto, são somente uma das populações devastadas pela poluição. Outros tipos de vida também agonizam. “É o caso dos organismos com os quais os peixes se alimentam”, observa.

Oxigênio baixo

Dragas e aeradores foram colocados em um trecho do rio dos Sinos, na divisa de Sapucaia do Sul com Esteio, onde foram encontrados peixes mortos em 24 de outubro passado, na tentativa de aumentar o nível de oxigênio dissolvido. De 0,3 miligrama por litro verificado no dia 24, subiu para 1,6 miligrama por litro na tarde do dia 25, nas proximidades de onde os peixes agonizavam. No entanto, no fundo do rio, o índice não passava de 0,7 miligrama por litro. O diretor-técnico da Fepam, Jackson Müller, classificou a ação como uma espécie de soro para qualificar as águas do Sinos.

Para o biólogo Uwe Schulz, assim como no trânsito, o cidadão também deve atentar para as leis voltadas à proteção do meio ambiente. “A preservação da vida no rio dos Sinos depende do cumprimento das leis, tanto por parte dos indivíduos como das prefeituras e das empresas. A tendência é o cidadão achar que as leis só existem para os outros, enquanto ele mesmo não faz a sua parte”, constata, enfatizando que o principal algoz do rio é, hoje, o esgoto cloacal.

A oxigenação do rio dos Sinos varia de 8 miligramas por litro de água em sua nascente, em Caraá, litoral norte gaúcho, para abaixo de 1 miligrama por litro em Esteio. Conforme o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), o nível considerado ideal é acima de 6 miligramas por litro.

O alto nível de esgoto cloacal depositado no rio contribui para que o nível de oxigênio caia a quase zero.

O uso abusivo da água do rio por parte de arrozeiros e a falta de chuvas acabam deixando o Sinos com baixo nível, prejudicando o movimento da piracema.

A baixa vazão do rio é outro fator que dificulta a dispersão da carga poluidora, contribuindo para a mortandade de peixes.

A pesca predatória, durante a piracema, e com redes fora dos padrões estabelecidos pela Fepam põe em risco a vida dos peixes que lutam para sobreviver.



Fotos: Tiago da Rosa

Cultura urbana: como viver num gigantesco e insustentável organismo?

Rualdo Menegat

A cidade é o maior e mais complexo artefato criado pela humanidade. As três maiores conurbações já concentram mais de cem milhões de pessoas cada uma, como aquela que se situa no eixo Boston-Washington, incluindo Nova York, nos Estados Unidos. Ou, no Japão, aquela que se aglomera no eixo Tóquio-Osaka e, na Europa, a que reúne Berlim-Amsterdã-Paris. O historiador Arnold Toynbee denominou essas grandes aglomerações de “megalópoles”. Já o pesquisador Constantinos Doxiadis chamou a grande cidade-múndi que vai se alastrando como uma rede contínua sobre a superfície continental do planeta de “ecumenópole”.

Embora o desenvolvimento tecnológico e científico atual e os avanços empreendidos pela Ecologia Urbana, devemos reconhecer, por mais paradoxal que possa parecer, que não há um saber da complexidade urbana cultural, social, territorial e ambiental que esteja acessível aos cidadãos e gestores para melhorarem suas vidas nas cidades. Um exemplo disso é a maneira como são vistas as questões da água e dos resíduos sólidos.

Diariamente as cidades consomem milhões de toneladas de todos os tipos de materiais: sólidos, líquidos e gasosos. Todos eles são extraídos da natureza, e mesmo elementos químicos sintéticos, como o radioativo tecnécio, utilizado em hospitais, são produzidos a partir de minerais. Uma vez manufaturados, os produtos são colocados ao dispor do cidadão como num passe de mágica em que não há nem um ponto de partida nem de chegada na natureza. Nas prateleiras de um supermercado, incontáveis bens de consumo estão ali, esperando o consumidor. Se este não vier, os produtos serão simplesmente descartados, num impressionante sistema de consumismo e desperdício.

Por isso, diariamente as cidades também produzem milhões de toneladas de todos os tipos de rejeitos sólidos, líquidos e gasosos. Alguns, mais inertes, como a calça da demolição de prédios. Outros, muito tóxicos e perigosos, como o lixo atômico, hidrocarbonetos, mercuriais, entre tantos mais.

A voracidade urbana

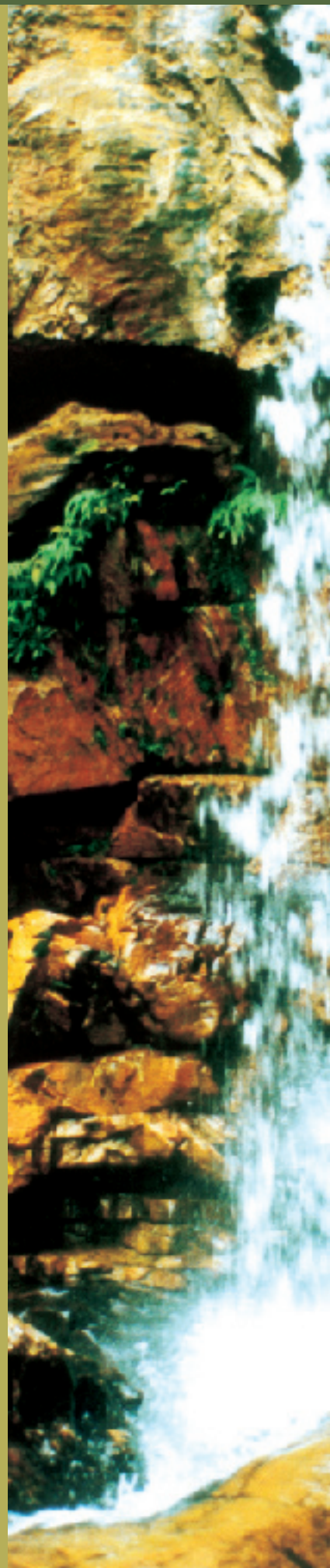
As cidades, em sua voracidade de consumo e desperdício, produzem quatro modos gerais de impacto nos ecossistemas onde estão

encravadas. O primeiro é a forma pela qual elas ocupam o território, vedando o solo e modificando profundamente a rede de rios e o ciclo hidrológico. O segundo é a extração predatória dos insumos de que precisam para sua sustentação, trazendo para seu domínio uma quantidade muito maior de elementos do que a sua capacidade de consumi-los, semelhantes a um “Voracino”, monstro mitológico inventado, sempre querendo mais coisas do que aquelas suficientes para sua sobrevivência.

O terceiro modo deriva do fato de que a cidade, por ter um metabolismo tão ineficiente, precisa de grandes áreas para descartar seus rejeitos. No Brasil, os resíduos sólidos – paradoxalmente chamados de lixo (do latim *lixius*, “água ou objeto sujo”) – são dispostos na maior parte dos casos de forma inadequada, a céu aberto sobre o solo, inundando áreas naturais periféricas à urbe. Os resíduos líquidos ou efluentes, que são descartados na água de rios e lagos, poluem os mananciais que abastecem os humanos. Os resíduos gasosos ou emissões, lançados no ar, formam bacias atmosféricas contaminadas sobre as cidades, degradando o ar que os cidadãos respiram.

Por fim, grande parte desses materiais descartados contamina o meio onde são jogados, isto é, por serem reativos, modificam a composição e a dinâmica dos ecossistemas, produzindo efeitos sequenciais, como a chuva ácida, e a contaminação dos solos, das águas superficiais e subterrâneas. Tais efeitos, longe de serem apenas locais, atingem hoje vastas áreas e volumes da litosfera, da hidrosfera, da biosfera e da atmosfera – as grandes esferas planetárias –, produzindo fenômenos cujos efeitos mais profundos são ainda pouco conhecidos pela ciência, como o aquecimento global e a perda da biodiversidade. A humanidade tecno-urbanizada está alçada a agente geológico, isto é, a ser capaz de alterar os sistemas numa escala planetária e de longa duração temporal.

O metabolismo do organismo urbano, por ser notadamente deficitário, assemelha-se ao de um parasita, possuindo um fluxo linear. Ele extrai seus suprimentos da natureza e, em troca, devolve resíduos, efluentes e emissões, inertes e contaminados, em grandes proporções. Trata-se de um metabolismo linear bio-



A cisterna

A cisterna é um sistema para coletar, armazenar e distribuir a água da chuva ou da neve dos telhados. Seus benefícios estão relacionados a reduzir o consumo da água tratada para usos tais como irrigação de jardins, banheiros, lavanderias, entre outros.

O equipamento é muito simples, consistindo em: a) calhas de zinco ou PVC para coleta da água do telhado; b) sistema de filtragem de partículas sólidas (galhos, folhas e poeira do telhado); c) tanque semi-enterrado para armazenamento da água coletada; d) rede de distribuição da água armazenada para consumos específicos: banheiro, lavanderia, torneira do jardim, horta, etc.

Dependendo da disponibilidade financeira e da finalidade, os projetos de instalação podem ser mais elaborados ou não. Esse sistema pode ser implantado a partir de orçamentos de seis a oito mil reais, podendo ser ainda menores. Com tratamento, é possível utilizar a água coletada para o consumo humano.

As cisternas auxiliam na contenção de enchentes e de erosões, represando parte da água que é drenada para os rios, e contribuem para a conservação da água, a auto-suficiência e para a postura correta diante dos problemas ambientais urbanos e rurais.

Na foto, modelo de cisterna que traz incorporados os acessórios que completam o sistema e é conectada facilmente ao filtro de água. A cisterna é feita em polietileno, para cinco mil litros, pesando apenas 230 quilos e pode ser assentada de forma direta no solo. (Fonte da imagem: Metalúrgica Ca-



Foto: Acqua Save - Divulgação

cida, pois se realiza a expensas do extermínio de outras formas de vida.

Ciclo da água urbana

Com a água também se verifica o mesmo fluxo metabólico biocida. Precisamos de uma quantidade enorme de água para abastecer os cidadãos e suas atividades. Como os mananciais estão cada vez mais impróprios para o consumo humano, a água precisa passar por processos de tratamento cada vez mais severos. Mas a maior quantidade de água que precisamos para sustentar os aglomerados urbanos não é aquela necessária para a vida biológica dos cidadãos – cujo organismo é constituído de 75% dessa substância – nem para o abastecimento das atividades urbanas. É aquela necessária para descartar os efluentes domésticos e das atividades comerciais, industriais e de serviços.

Uma cidade como Porto Alegre, com cerca de um milhão e quatrocentos mil habitantes, precisa, em média, de 600 milhões de litros de água por dia para seu abastecimento, mas para diluir os efluentes gerados, de modo a produzir um baixo impacto no ecossistema, precisa de uma quantidade assombrosa de água: cerca de seis bilhões de litros. Isso porque os efluentes domésticos e industriais são descartados, na maior parte dos casos, sem qualquer tratamento nos corpos d'água próximos à cidade, tendendo a se dispersar na forma de densas plumas muito

tóxicas.

Embora pensemos habitar um planeta com 75% de sua superfície coberta pela água, o resultado não poderia ser mais impactante. De toda a água existente na Terra, 97,5% são salgadas. Dos 2,5% de água doce, 77% encontram-se congelados nas geleiras das montanhas e das regiões polares; 21% estão armazenados no subsolo, e apenas 2%, ou seja, 0,0149% do total da água do planeta, situam-se na superfície continental. Esses 2%, por sua vez, não estão diretamente disponíveis para o consumo, necessitando de obras para sua captação, como represas, e possuem distribuição heterogênea sobre o planeta. Se, além disso, considerarmos a contaminação crescente dessa água, veremos que são raríssimos os mananciais existentes ainda em estado natural. Nossos filhos e netos não saberão mais qual é o gosto das águas superficiais. A geração de nossos avós ainda podia distinguir, pelo gosto da água natural, o lugar de onde ela provinha.

Mudança cultural e hábitos

Os cidadãos precisam refletir sobre seus hábitos para viverem na ecumenópole de mais de três bilhões de humanos. Nosso problema central é desenvolver uma cultura e uma ciência que dêem conta dessa nova escala-múndi dos centros urbanos. A primeira questão é de natureza global: romper o ciclo linear biocida

e estabelecer um fluxo circular biogênico, promotor da vida. Isto é, ao invés de devolver contaminantes à natureza, poderíamos devolver nutrientes. Isso passa por questões não apenas de redução do consumo de bens materiais e da água, mas também pelo estabelecimento de políticas práticas para que as cidades reciclem e metabolizem em sua própria jurisdição todos os seus rejeitos.

Em um país como o Brasil, onde a fome é um problema histórico, é impensável que, em uma cidade do tamanho de Porto Alegre, se coloquem fora 250 toneladas de restos de comida por dia. Como reaproveitar os resíduos orgânicos que as cidades produzem? Uma receita simples, retirada de antigos costumes que remontam à vida rural desde o Neolítico: manadas de suínos podem ser alimentadas com resíduos orgânicos sanitariamente tratados. As tecnologias para tanto já existem e também são muito simples, porém, para aplicá-las, precisamos, antes de tudo, mudar nossa visão de cidade: um território homogêneo que não admite atividades rurais.

A exemplo dos centros de reciclagem de resíduos secos, que geram renda para milhares de pessoas, as cidades podem ter centros de reciclagem de resíduos orgânicos. Os condomínios poderiam fazer compostagem com esse material e utilizá-lo para adubar os jardins, evitando o uso de terra preta extraída do solo das florestas. Também se poderia coletar a água da chuva em cisternas nos condomínios e casas, utilizando-a para diversos fins. Com esses pequenos exemplos, que belas aulas de ciclos urbanos biogênicos não se poderia dar às crianças sem sair de casa?

A nova cultura urbana nascerá forçosamente da necessidade. De um lado, o crescimento da população, que nos próximos 30 anos chegará à casa de 8 a 10 bilhões de pessoas, aumentando demandas. De outro lado, as consequências do

aquecimento global e dos problemas ambientais, que poderão afetar severamente as cidades, a exemplo das recentes inundações e catástrofes produzidas por furacões. Melhor seria se as cidades pudessem desde já estabelecer estratégias de um fluxo metabólico circular, sustentável e solidário, preparando-se para esse futuro por uma opção cultural de seus cidadãos.



Foto: Cirilo Kopp Menegat

Rualdo Menegat é geólogo, Doutor em Ecologia de Paisagem, Professor do Instituto de Geociências da UFRGS, Coordenador do *Atlas Ambiental de Porto Alegre*, consultor científico da *National Geographic Brasil*, Editor da revista *Episteme*, do Grupo Interdisciplinar em Filosofia e História das Ciências do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da UFRGS. rualdo.menegat@ufrgs.br



Foto: Eduardo Tavares

Arquitetura popular

Günter Weimer

ETIMOLOGICAMENTE, a palavra “arquitetura” identifica uma arte superior que a diferencia de simples construção por apresentar qualidades artísticas. Esta definição tem sido interpretada como sendo uma das características destinadas aos prédios mais representativos da sociedade. E, efetivamente, o que se aprende e o que se ensina nas Faculdades de Arquitetura são os modos de construir palácios, mansões, catedrais, enfim, prédios governamentais e para a elite da sociedade. Em razão disso, seu mercado é bastante restrito e qualquer obra é objeto de acirrada disputa entre os profissionais.

A pergunta óbvia decorrente desta impostação é: o que seria a construção para os menos afortunados? Será que eles também poderiam ser contados entre aqueles que, premiados com construções, pudessem aspirar a um *status* de “construção artística”? A julgar pelos tratados de arquitetura, inequivocamente, não!

Na medida em que a revolução industrial começou a colocar por terra este tipo de preconceito, gradativamente os profissionais começaram a perceber que também poderia haver arte em construções feitas por profissionais que não dispusessem de diploma acadêmico, inclusive pelo simples fato de que as academias surgiram muito recentemente dentro da história das construções. De qualquer modo, a alternativa para explicar este fenômeno tem sido a atribuição de uma certa “genialidade” a alguns privilegiados possuidores desta característica tida por inata.

Na medida em que o conhecimento científico foi substituindo o empírico, a humanidade passou por uma transformação absolutamente inusitada que não poderia deixar de afetar também o conhecimento artístico. Como arte não é ciência, os artistas teimaram muito em se refugiar no mito da genialidade e/ou da inspiração.

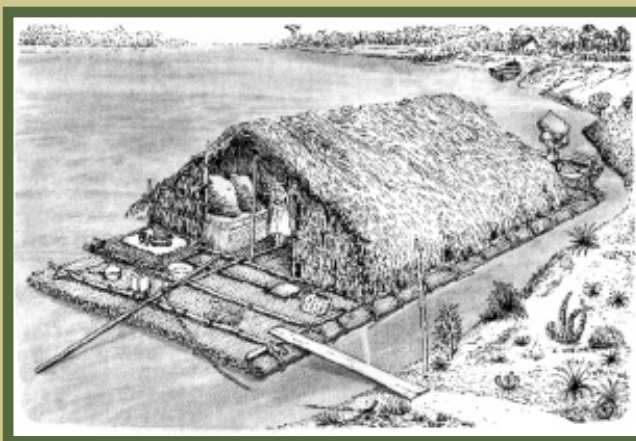
Creio que a verdadeira revisão destes conceitos partiu dos reformadores

sociais do século XIX, que começaram a ver que as classes populares não eram tão passivas e marginais como o pensamento elitista até então hegemônico imaginava. E, devagar, nos países mais avançados na aceitação dos ditos “direitos humanos”, consolidou-se a percepção de que as classes menos afortunadas também eram dignas de respeito e que praticavam uma arquitetura mais simples – como a sua condição social –, mas de qualidades plásticas inegáveis. Por isso, foram surgindo estudos cada vez mais acurados deste saber popular. Hoje, estes países dispõem de um invejável manancial de conhecimentos no ramo.

Não é fácil explicar por que o Brasil se atrasou sobremodo nesta área. Certamente entre os fatos que contribuíram para este atraso estão as restritas conquistas no plano social, o que pode ser medido pela extrema concentração das rendas, uma das maiores do mundo.

De qualquer modo, o Brasil é um país que se destaca pela diversidade de sua formação cultural, o que inclui dizer, de sua arquitetura. Há milhares de anos o território foi ocupado pelos mais diversos povos, que trouxeram uma vasta gama de formas habitacionais, que devem ter sido das mais variadas do planeta. No entanto, sobrou muito pouco devido às sucessivas ondas de genocídios que continuam a ser praticados contra os povos indígenas, cuja absoluta maioria deixou de existir, estando suas formas habitacionais definitiva e irrecuperavelmente perdidas. Muito pouco de seus conhecimentos foi incorporado em nosso fazer popular.

Não menos dramática foi a vinda dos imigrantes negros, que nos brindaram com uma variada gama de procedimentos construtivos, hoje definitivamente absorvidos até mesmo na arquitetura erudita, onde são apresentados como de origem ibérica. Os largos beirais e os avarandados tidos como sendo de origem do extremo oriente são característicos da arquitetura africana. Boa parte das técnicas do trabalho em terra foi perdida nas viagens transoceânicas. Mesmo assim, suas técnicas foram hegemôni-



Um mocambo recifense: uma contribuição negra.

cas, pelo menos, por três séculos de nossa história.

O colonizador ibérico foi o produto do mais variado processo de miscigenação possível na Europa. Por ocupar um ponto estratégico na ligação leste-oeste, entre o Mediterrâneo e o Atlântico, e na norte-sul, entre a África e a Europa, Portugal foi ocupado por povos da Europa central (celtas e germanos), do norte da África (cartagineses e, especialmente, os berberes, também denominados mouros, que o dominaram, pelo menos, durante meio milênio) e por romanos, em cujo território estiveram incorporados por mais de cinco séculos. Por consequência, a arquitetura popular portuguesa é extremamente variada, e as origens se entrelaçam de forma tão diversificada que muitas vezes é impossível encontrar os rastros de sua verdadeira procedência.

Com a Abertura dos Portos e a Independência, as portas do Brasil foram escancaradas para a vinda de povos dos mais diversos rincões da terra, cada qual trazendo as suas tradições e técnicas construtivas, que formam um mosaico dificilmente igualável na face da terra. Deixando de lado os holandeses que já no século XVII construíram uma cidade dentro do mangue, com canais para esgotamento, uma técnica que só seria retomada em inícios do século passado, em inícios do século XIX vieram os alemães com seus enxaiméis, os italianos com suas construções de pedra (rapidamente abandonadas a favor da madeira das araucárias), os poloneses e os russos com seus blocos, os suecos com seus tabuados a pique, e assim por diante.

A variedade dos ecossistemas que compõe o País ainda favoreceu adaptações diversas destas influências. A abundância de madeiras e de águas no norte do País propiciou o surgimento de bairros inteiros construídos sobre palafitas (para o horror dos preconceitos oficiais), verdadeiras cidades flutuantes. No semi-árido nordestino, a arquitetura do sul de Angola encontrou formas surpreendentes de adequação, consideradas detestáveis pelos arquitetos formados em nossas faculdades. Dos lagos costeiros do Golfo da Guiné e de seus manguezais quase infundáveis em extensão veio uma arquitetura que se adaptou soberbamente às longas costas marítimas de nosso país e persiste, apesar de uma guerra sem tréguas que lhe tem sido movida pelas autoridades constituídas, que não podem aceitar semelhantes soluções pela razão única de que, dentro da cultura européia para cá transplantada, palafita é sinônimo de atraso e subdesenvolvimento.



Para finalizar estas considerações, quero trazer para reflexão um dos temas mais melindrosos da área da construção: a questão das favelas. Para desespero das autoridades, em muitas cidades elas já dão abrigo a quase metade de toda a população e não param de crescer. Até pouco tempo atrás, eram propostos mirabolantes projetos de “erradicação de favelas”. Hoje já se chegou ao bom senso de que seria muito mais prático “saneá-las”. Longe de mim deixar de reconhecer os enormes problemas de toda ordem que são inerentes a este tipo de conurbação. No entanto, quero chamar a atenção para um detalhe que tem sido sistematicamente ignorado pela sociedade envolvente: estas conformações urbanas são adaptações locais de multisseculares conformações urbanas africanas e que, por isso mesmo, a par de suas deficiências de toda ordem, contêm valores espaciais e acomodam formas de vida perfeitamente harmônicas com as tradições de seus habitantes. Arrancar a população dos morros e enfiá-la numa camisa-de-força do tipo Cidade de Deus está demonstrado ser uma coação que a transformou na favela mais violenta do Rio de Janeiro. Estou convencido de que os resultados seriam muito diferentes se, ao promover este “saneamento”, tivessem sido respeitadas as multisseculares formas africanas de assentamentos, o que não

quer dizer que não se deveriam agregar os modernos meios de abastecimento de água, de energia elétrica e de esgoto pluvial e cloacal. É de consenso que violência gera violência. Será que respeito não geraria respeito?

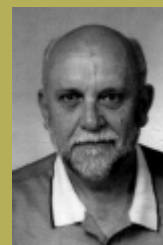


Foto fornecida pelo autor

Günter Weimer é arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em 1963. Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Professor titular aposentado da FAU-UFRGS, da UNISINOS e da FAU-PUCRS. Professor em cursos de pós-graduação da FAU-UFRGS e da FAU-PUCRS. gunterweimer@gmail.com

A cultura na banca de jornais

Moacyr Scliar

DURANTE muito tempo a humanidade conviveu com a idéia de que o lugar da cultura era no livro, este objeto tradicional que muito pouco mudou desde que Gutemberg imprimiu os primeiros exemplares da Bíblia no final do século XV. Mas o texto escrito não ficou restrito ao livro. Novas formas de publicação surgiram, sobretudo após o século XVII: o jornal e a revista. Ao contrário do livro, que em geral tinha um tema único, tratavam de vários assuntos, num estilo que podia ser refinado, literário, mas que visava ao grande público. Estabeleceu-se uma espécie de rivalidade entre as duas formas de publicação, uma pretendendo a permanência, ainda que nas prateleiras, a segunda aceitando a transitoriedade e até tirando partido dela. Os escritores eram uma antiga aristocracia; os jornalistas eram os arrivistas. Os escritores falavam mal da revista e do jornal, sobretudo deste último: “Da primeira à última linha, nada mais é que um circo de horrores”, disse Baudelaire. Edmond e Jules Goncourt acrescentaram: “Efêmera folha de papel, o jornal é o inimigo do livro como a cortesã é inimiga da mulher decente.”

Os escritores podiam fazer pesquisas formais, mesmo que estas resultassem em textos obscuros; os jornalistas e redatores de revista tinham, e têm, a obrigação da clareza. Os escritores podiam se estender por muitas páginas, e o caudaloso romance-rio era disso um exemplo. É verdade que outros fatores intervinham aí. Na Inglaterra, por exemplo, havia um subsídio para o livro, desde que este tivesse no mínimo três volumes. Resultado: todo mundo queria publicar livros em três tomos. O jornal e a revista costumam estabelecer um limite de tamanho para os textos. Um escritor pode trabalhar décadas em um livro; na revista e no jornal existe o prazo de entrega.

De qualquer modo, porém, o jornal e a revista transformaram-se em espaços culturais, desenvolvendo inclusive gêneros literários, como por exemplo o folhetim, equivalente (no século XIX e por boa parte do século XX) à novela de tevê. Era uma obra de ficção publicada em capítulos (ou fascículos), popularizada inclusive por autores famosos como o inglês Charles Dickens, cujos textos eram até enviados para os Estados Unidos: multidões aguardavam no porto o navio que trazia os fascículos. No Brasil, José de Alencar também ficou conhecido desta maneira. Em nosso país, aliás, surgiu um gênero que se tornou o elo entre literatura e o espaço jornalístico: a crônica, praticada por grandes nomes como Machado de Assis e Lima Barreto. No começo, era basicamente um gênero intimista; lírico, poético, uma meditação sobre o cotidiano das pessoas – a versão literária da conversa de bar que, nas mãos de um Rubem Braga, de um Fernando Sabino,

de um Paulo Mendes Campos, de um Luís Fernando Veríssimo, deu grandes textos.

A par disto tínhamos os suplementos culturais. No Brasil, o primeiro foi criado em 1909, pela Gazeta de Notícias. Continha folhetins, claro, e também poesia e crítica literária, esta então em pleno desenvolvimento e chamando a atenção até pelo caráter polêmico. Nos anos cinquenta ficou famosa a polêmica entre Álvaro Lins, que defendia uma crítica impressionista, subjetiva, e Afrânio Coutinho, que queria uma análise mais objetiva do texto literário. Muitas vezes os cadernos de cultura tinham papel vanguardista: entre 1956 e 1961 o Suplemento Dominical do Jornal do Brasil lançou as bases da poesia concretista. Todos os grandes jornais tiveram, e têm, seus cadernos de cultura; no Rio Grande do Sul, o Caderno de Sábado, do Correio do Povo, desempenhava um papel importante, revelando jovens autores. Isso sem falar das revistas culturais, como foi o caso da *Senhor*, fundada por Naum Sirotsky e que tinha como editor de arte o artista plástico gaúcho Carlos Scliar.

Para a minha geração literária estes suplementos, estas revistas, foram de importância fundamental. A gente ansiava por ser publicado ali. Muitas vezes levei colaborações ao grande jornalista que foi P. F. Gastal, o editor do Caderno de Sábado. Ele recebia e nada dizia, nada prometia. A partir daí eu ficava na expectativa, aguardando cada sábado com emoção – até que finalmente o conto ou o texto apareciam. E era uma glória. Transitórios ou não, os cadernos de cultura e a revista representavam um meio de comunicação com o público, uma prova de que literariamente existíamos. Era a cultura na modesta banca de jornal, não no augusto recinto da livraria, mas era a cultura feita por nós, veículo de nossa emoção e de nossa esperança.



Foto: Genaro Joner
Agência RBS / AJURIS

Moacyr Scliar é escritor e médico. Membro da Academia Brasileira de Letras. Autor, entre outros, dos livros *O exército de um homem só* e *Os vendilhões do templo*.

O best-seller da AJURIS

Carlos Alberto de Souza



“AJURIS 60 anos – o Fazer-se da Magistratura Gaúcha” vai além do que o seu próprio título sugere. A história da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul e da classe profissional que constitui o Poder Judiciário não é contada de forma estrita, mas narrada com a riqueza do contexto histórico do Estado e do País nas seis últimas décadas. Tempos de ditadura, de redemocratização e de consolidação democrática. Lançado em maio de 2006, o livro tem colecionado elogios.

Escrito pelo historiador Gunter Axt, com base em pesquisa das historiadoras Rosimeri de Souza Süffert Fogaça e Ana Paula Zanella (com apoio do estagiário Guilherme Doss), o trabalho é o primeiro grande fruto do Projeto Memória AJURIS, implantado em outubro de 2004.

Na solenidade de lançamento da obra, o ex-Vice-Presidente Cultural da AJURIS Ricardo Pippi Schmidt, que ocupou o cargo na gestão 2004/05, recorreu a uma reflexão do historiador Eric Hobsbawm para explicar o sentimento que inspirou a criação do Projeto Memória: “A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas, é um dos

fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem...”, asseverou o renomado historiador marxista.

O objetivo do Projeto Memória AJURIS, explicou Pippi Schmidt no seu discurso, é resgatar e registrar a história da associação, “preservando assim o tênue fio que nos liga às gerações passadas e futuras”. Mas era preciso ir além dos textos e imagens catalogadas e dar vida à iniciativa por meio de uma publicação.

Um livro que não fosse um mero relato cronológico dos fatos e nem tratasse a história da AJURIS, fundada em 11 de agosto de 1944, com ufanismo. “Gunter Axt aliava o trabalho do escritor e a experiência do historiador. Com seu talento e técnica, após minuciosa garimpagem de documentos e a partir de entrevistas realizadas por sua equipe, logrou apresentar um texto agradável em que contextualiza de forma magnífica a trajetória da magistratura e da AJURIS na história mais ampla do Poder Judiciário, do Estado e do País”, elogia Pippi Schmidt.



Pippi Schmidt, Finatto, Rodycz, Donato e Rauen, os integrantes da comissão do Projeto Memória, e Gunter (o autor da obra, o quinto da esq. para a dir.)



Pippi Schmidt, Andréa, Denise e Carlos Rafael: o ex-Vice-Cultural e o ex-Presidente da AJURIS com as atuais ocupantes dos cargos

Trabalho coletivo

Ele observa que a intenção do texto “jamais foi a de relatar feitos individuais, mas sim a de resgatar a história da associação na perspectiva do trabalho coletivo e às vezes anônimo daqueles que ajudaram a construir a AJURIS e a própria imagem da magistratura do Rio Grande do Sul”.

A produção do livro foi supervisionada pela Comissão do Projeto Memória, formada pelos magistrados Milton dos Santos Martins, Wilson Carlos Rodycz, Jorge Adelar Finatto, Donato João Sehnem, Benedito Felipe Rauen Filho e o próprio Ricardo Pippi Schmidt.

O trabalho da comissão foi destacado pela Presidente da AJURIS, Denise Oliveira Cezar. Ela lembrou que o Projeto Memória foi implantado na gestão de seu antecessor, Carlos Rafael dos Santos Júnior. “O livro é uma contribuição à sociedade gaúcha e ajuda a tornar o Judiciário mais transparente”.

Representante da nova geração de juízes, Andréa Rezende Russo, sucessora de Pippi Schmidt na Vice-Presidência Cultural da AJURIS, resumiu numa frase o significado da obra:

“O livro orgulha a magistratura do Estado”.

Reconhecimento

O respeitado historiador Voltaire Schilling esteve presente ao lançamento na condição de Diretor do Memorial do Rio Grande do Sul. “É uma edição maravilhosa, caprichada e de alta qualidade. Gunter Axt é um reconhecido historiador e fez um grande trabalho”, avaliou.

O colunista Fernando Albrecht, do Jornal do Comércio, qualificou o livro de “excelente”. “É bem editado, com fotos históricas e depoimentos valiosos de magistrados que viveram a entidade (AJURIS) e o Judiciário gaúcho através de seis décadas”. Acrescentou que o livro “interessa não só aos magistrados, mas também ao leitor comum”.

Carlos Alberto de Souza é jornalista.

Ficha do livro

Patrocínio: Copesul, por meio da Lei Rouanet
 Produtor executivo: Pedro Longhi
 Design gráfico: Flávio Wild
 Fotógrafo: Cléber Passus
 Impressão: Nova Prova, de Vilmar Schlottfeldt
 Editoração eletrônica: Gustavo Demarchi
 Revisão: Irene Hack
 Tiragem: 7.000 exemplares, distribuídos gratuitamente a magistrados, bibliotecas, instituições e entidades culturais

O nosso Juiz

Marcelo Carneiro da Cunha

Foto: Tita Nigri



SÃO João da Serra, uma pequena cidade da serra gaúcha, passa a desejar desesperadamente um juiz, simplesmente porque a cidadezinha ao lado ganhou o seu e São João, como sempre, não ganhou nada. A cidade se mobiliza e finalmente consegue o que tanto buscou, para então descobrir que juízes existem para solucionar conflitos. Portanto a presença de um juiz é a garantia de que conflitos, até então subterrâneos, vão buscar seu lugar ao sol. A cidade descobre, amargamente, que por desejar o que jamais deveria ter desejado criou um problema para o qual ela não estava minimamente preparada.

Há alguns anos eu descrevi esse argumento (a idéia inicial para um filme ou livro) para o cineasta Jorge Furtado. Ele precisava de uma história para um especial da tevê Globo e achou a idéia muito promissora. Eu não tinha desenvolvido o argumento em uma história ainda, então ele propôs que criássemos a história juntos, coisa comum no cinema e incomum na literatura. E foi o que fizemos.

Algum tempo depois, a editora Record, do Rio de Janeiro, hoje a maior do Brasil, me perguntou se eu não desejava publicar com eles. Para um escritor, receber um convite desses representa muito e eu queria atender ao convite, mas não tinha nada pronto. Ou pensava que não tinha (estava envolvido com outros projetos e inicialmente não sabia se “O Nosso Juiz” atrairia uma grande editora do centro do País). Descrevi a história para a Luciana Villas-Boas, diretora editorial da Record, que se mostrou muito interessada. Enviei o original e, num tempo incrivelmente curto (apenas quarenta e oito horas), eles tinham lido “O Nosso Juiz” e me oferecido um contrato de publicação. Assim, através desse caminho tão pouco usual, aconteceram a criação e publicação do livro.

Um livro sobre as pequenas cidades de nossas vidas

Nada é puramente ficcional nesse mundo, e a história de São João da Serra, apesar do nome inexistente, é baseada em fatos ocorridos, ou supostamente ocorridos, nos anos 60, quando meu pai, Cristovam Daiello, era juiz em comarcas pequenas. Eu também era pequeno demais para ter memórias desses primeiros anos de vida, e meu pai nunca foi de compartilhar o seu trabalho com a família. Os fatos narrados vieram até mim muitos anos mais tarde, através de relatos de vizinhos, de conhecidos, de amigos. Eles são uma soma de eventos ocorridos ou não, imaginados ou não, mas todos absolutamente verossímeis e que compõem a imagem de uma pequena cidade e seus desejos e temores. A revista Bravo, que colocou o livro entre seus recomendados,

disse que o personagem maior do “O Nosso Juiz” é a cidade, e eu acho que isso é mesmo verdadeiro.

Eu sempre fui um sujeito de cidade grande – considero os anos passados em cidades do interior como um exílio, mesmo que ele tenha sido até bastante rico e agradável. Meu território natural é o dos centros com mais de um milhão de habitantes e o anonimato que eles proporcionam. Viver em cidades menores, e ainda com o peso de ser o filho do juiz, não é nada fácil, acreditem.

Portanto, depois que retornamos a Porto Alegre, poucas vezes voltei aos lugares da minha infância. Mas, invariavelmente, a cada ida, chegavam até mim novos casos relacionados com a passagem de meu pai pelo lugar. Assim, eu comecei a compreender o impacto que um juiz pode ter sobre a vida dessas cidades. E assim começou o desejo de escrever um livro que tivesse como personagem central um juiz.

Um vizinho da minha infância me contou histórias surpreendentes sobre a passagem do meu pai pela cidade. Um conhecido me narrou outros acontecimentos ligados ao tempo em que meu pai foi corregedor. Unindo umas às outras, me veio a história: pequena cidade estacionada no tempo assiste estarecida ao crescimento da cidadezinha ao lado. São João, a minha cidade fictícia, pertence ao território de pecuária extensiva. A cidadezinha ao lado fica na região de imigração, do minifúndio, da empresa familiar, da vocação artesanal e industrial. É claro que ela vai progredir, enquanto São João “patina”. São João não está interessada nessas explicações. Ela quer os símbolos da modernidade, como o juiz, e não os seus reais significados, para os quais não está preparada.

Um livro sobre a solidão de quem precisa decidir sobre vidas alheias

Eu creio que, além de descrever e narrar essa pequena cidade, o livro captura a condição essencial da vida de um juiz, que é a impossibilidade de pertencer. Como pertencer a uma comunidade à qual devemos julgar, impor penas, limites? Essa solidão essencial me parece ser definidora da vida, do personagem, da instituição centrada na figura humana de um juiz.

O juiz do livro, um jovem que escolhe ir servir a uma comunidade completamente diferente de tudo o que ele já conheceu até aquele momento, é um personagem paradigmático dessa condição essencial: a solidão que não pode ser suspensa sem que estragos aconteçam ao redor.

Lendo uma biografia do grande matemático Fermat, fiquei

sabendo que a Coroa francesa do século XVII não gostava que seus magistrados tivessem amigos. Para um matemático, isso pode não ser motivo para preocupações. Mas para um ser humano que deseje se integrar e interagir, deve ser muito difícil lidar com essa impossibilidade. Assim vive o juiz do livro. Desejando pertencer, sabendo que isso dificilmente será possível.

O juiz encontra um interlocutor, a coisa mais próxima de um amigo que a cidade pode oferecer. Um expatriado, que veio de São Paulo muito antes e vive na condição de cidadão honorário da cidade. Os dois jogam xadrez e se compreendem. A atuação desse personagem, Antônio, será crucial no drama que se desenvolve após a cidade receber o seu juiz.

Como no belo “Crônica de uma morte anunciada”, de Garcia Márquez, ficamos sabendo desde a primeira página que a cidade teve seu desejo atendido. O que descobriremos indo adiante na leitura é como a cidade conseguiu ter o seu sonho realizado e como ela passa a desejar que isso nunca tivesse ocorrido.

Se a vida imita a ficção? Meses atrás me contaram que duas pequenas cidades de Santa Catarina se uniram para conseguirem o seu juiz. E que semanas mais tarde já havia um *síte* no *Orkut* intitulado “Eu odeio o nosso juiz”. A vida não imita a arte. Ela é arte em estado puro e talvez por isso seja tão atraente.

Esse é “O Nosso Juiz”, e não é sempre que escritores têm a oportunidade de serem lidos pelos seus próprios personagens. É mais ou menos isso que eu gostaria que vocês, que lêem esta revista, se tornassem: leitores de “O Nosso Juiz”, uma vez que personagens vocês já o são. E encerro essa apresentação usando uma frase do próprio livro: “Espero que vocês, em algum lugar, leiam, e entendam”. Se alguém pode entender “O Nosso Juiz”, com tudo que isso implica, são vocês. Boa leitura e muitos e-mails sobre essa leitura é o que espero.

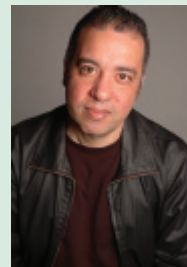


Foto: Raul Krebs

Marcelo Carneiro da Cunha é escritor. Autor, entre outras, das obras *O nosso juiz* e *Simples*.

As entrevistas de Nuremberg

Luiz Lúcio Merg

OS questionamentos sobre os massacres promovidos por nazistas durante a II Guerra constituem-se num tema que, periodicamente, volta à tona, trazido, principalmente, por grupos que insistem em negar sua existência ou reduzir sua importância. Há não muito tempo, tal discussão ocasionou até um processo perante o Judiciário gaúcho, motivado por publicações que difundiam a teoria dos referidos grupos. Recentemente, ainda, o líder político de importante país muçulmano defendeu publicamente a tese da inexistência do Holocausto, causando enorme celeuma.

A editora Companhia das Letras, em 2005, publicou no Brasil uma obra que pode servir com forte argumento contra tais idéias revisionistas. Refiro-me a “AS ENTREVISTAS DE NUREMBERG”, de Leon Goldensohn. O autor trabalhou no presídio onde estavam recolhidos os líderes do III Reich que aguardavam julgamento perante o Tribunal Militar Internacional, sendo responsável pela saúde física e mental daqueles detentos.

Permito-me reproduzir parte da “orelha” do livro, que bem resume a natureza da obra:

Em ‘As entrevistas de Nuremberg’ estão reunidos, pela primeira vez, depoimentos inéditos de oficiais nazistas acusados de crimes de guerra, bem como de diversas testemunhas, colhidos enquanto esperavam pelo julgamento. Relatos improváveis, que proporcionam

uma incursão a um lado até então desconhecido das atrocidades cometidas durante o Holocausto. O autor, Leon Goldensohn, foi oficial do exército norte-americano no período da Segunda Guerra Mundial e psiquiatra na prisão de Nuremberg durante sete meses.

O julgamento de Nuremberg teve início em 20 de novembro de 1945 e constituiu um marco do direito internacional. A tarefa primordial da acusação consistia em provar que houve um plano claro, compartilhado pelos líderes nazistas, que preconizava uma série de crimes específicos, entre eles o assassinato em massa de judeus.

As entrevistas mostram, no entanto – e esse talvez seja seu aspecto mais assustador –, uma falta de visão do todo por parte dos acusados, ou uma leitura fragmentada e talvez cínica do processo. Não havia, segundo eles, um projeto comum conhecido por todos e, nesse sentido, só dois homens poderiam ser responsabilizados pelos crimes de guerra: Hitler e H. Himmler...

Goldensohn conversava regularmente com os prisioneiros, levando a cabo entrevistas que eram cuidadosamente registradas. Não se tratava, esclareça-se, dos depoimentos formais prestados nas audiências do julgamento. Os réus eram em número de 21 e o autor entrevistou 19 deles. Essas entrevistas estão reproduzidas fielmente na obra, assim como as de 14 outras autoridades nazistas, que compareceram ao Tribunal de Nuremberg na condição de testemunhas. Estas últimas também foram julgadas em processos posteriores.

O leitor defronta-se com declarações de figuras importantes, como Hermann Goering, Ribbentrop e Albert Speer, e com as de personagens menos conhecidos, como Rudolf Hoess, comandante do campo de concentração de Auschwitz. Este último não deve ser confundido com Rudolf Hess, vice-líder do Partido Nazista, ao qual é dedicado o capítulo mais curto: a noticiada perturbação mental de Hess, aparentemente, não permitiu um colóquio mais detalhado ou profundo.

Praticamente todos os entrevistados isentaram-se de responsabilidade pessoal nos massacres, procurando atribuí-la, como acima referido, principalmente a Hitler e Himmler. Alguns poucos, como o ex-comandante de Auschwitz, admitiram ter conhecimento direto dos crimes e até forneceram detalhes, como mostram os seguintes



Vista da bancada do júri na sessão de abertura do julgamento

trechos de sua entrevista:

No verão de 1941, fui chamado a Berlim para me encontrar com Himmler. Recebi ordem de erigir campos de extermínio. Consigo repetir praticamente as palavras exatas de Himmler, que foram: “O Führer ordenou a solução final do problema judaico. Nós, da SS, precisamos executar esses planos. É uma tarefa difícil, mas se a ação não for imediatamente realizada, em vez de nós exterminarmos os judeus, serão eles que exterminarão os alemães no futuro”.

Essa foi a explicação de Himmler. Depois ele me explicou por que selecionara Auschwitz. Já havia campos de extermínio no Leste, mas eram incapazes de realizar uma ação de extermínio em grande escala... (p. 352).

Queimar 2 mil pessoas levava cerca de 24 horas nos cinco fornos. Geralmente só conseguíamos cremar cerca de 1.700 a 1.800. Estávamos, portanto, sempre atrasados em nossa cremação, porque, como você pode ver, era bem mais fácil exterminar com gás do que cremar, que exigia muito mais tempo e trabalho.

Quando o processo estava em andamento, dois ou três transportes chegavam diariamente, cada um com cerca de 2 mil pessoas. Esses eram os períodos mais difíceis, porque tínhamos que exterminá-las de uma vez, e as instalações de cremação, mesmo com os novos crematórios, não acompanhavam o ritmo do extermínio (p. 357).

O dado importante que se obtém, em meu entender, é que praticamente nenhum dos entrevistados negou a ocorrência dos massacres – tanto aqueles contra os judeus quanto os que foram cometidos contra outra classe de vítimas (cidadãos de países ocupados, prisioneiros de guerra, etc.). Ênfase que as declarações foram obtidas em conversas acontecidas nas celas a que estavam recolhidos, apenas com a presença de Goldensohn e de um tradutor, sem aparato policial ou de qualquer natureza que pudesse influenciar negativamente os entrevistados.

Assim, era de esperar-se que, diante da gravidade dos delitos atribuídos ao regime do qual eram ativos integrantes, pelo menos alguns dos entrevistados colocassem reparos ou contestassem a existência daqueles crimes – especialmente o metódico extermínio de judeus. Entretanto, como dito, a absoluta maioria deles, explícita ou implicitamente, admitiu a veracidade dos fatos escabrosos trazidos à luz naquele julgamento e nos subsequentes.

Destarte, os próprios indivíduos que figuraram como agentes, em maior ou menor grau, nos episódios escabrosos e infamantes que caracterizaram o regime nazista não defenderam a teoria revisionista. Encaro tal circunstância como uma evidência cabal para elidir os argumentos da absurda tese, e o livro de Goldensohn

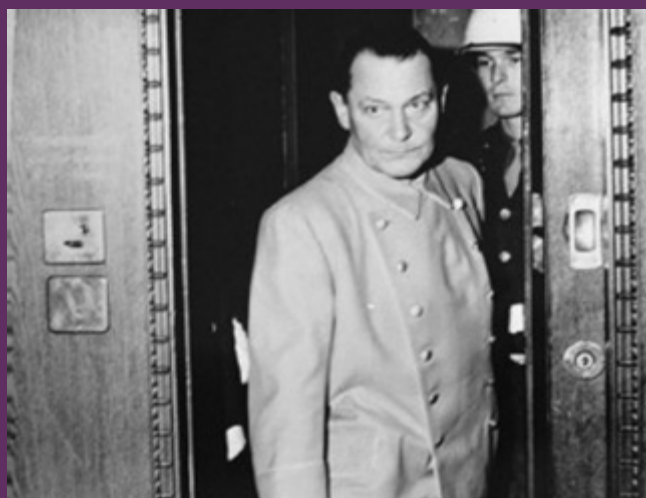
Fotos: USHMM - United States Holocaust Memorial Museum. Cortesia de National Archives and Records Administration - College Park



Banco dos réus



Advogados alemães da defesa



Hermann Goering

Boas lembranças de Drummond a Tom Jobim

Giulander Carpes

JORGE Buffara Filho escreve desde menino. A literatura correu paralela ao estudo da astrologia, que ele iniciou aos 14 anos e hoje é a sua principal atividade.

Formado em jornalismo na PUCRS, Buffara teve crônicas, contos e poesias publicados nos jornais *Correio do Povo*, *Zero Hora* e nos extintos *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã*, de Porto Alegre. Foi eleito destaque no Prêmio Apesul de Literatura em 1979 – com comissão julgadora composta por Mario Quintana, Carlos Nejar e Heitor Saldanha – e partilhou da amizade de figuras notáveis da cultura brasileira.

Tom Jobim, cujo mapa astral Buffara elaborou, o chamava de poeta das músicas das manhãs. Mas era à tarde que, entre um gole e outro no bar *Universidade do Chope* ou no restaurante *Plataforma*, no Rio de Janeiro, batia papo com o visitante gaúcho. Eles se conheceram em agosto de 91, quando o poeta porto-alegrense apresentou ao maestro seu livro *Desconvidado*, finalizado em 1984 e até hoje não publicado. Simpatia instantânea. Pela obra e pelo homem.

Tom celebrou a amizade numa dedicatória: “Para o Jorge, meu amigo/ Passaria e passarão/ Tudo de bom no arvoredo/ Do meu poeta e irmão/ Tudo de bom neste enredo/ Passaria no passaredo/ Dias melhores virão/ Tudo lindo pro poeta/ e forte abraço do amigo Tão.”

Outros personagens também marcaram a vida de Buffara ao apreciarem sua obra, entre eles Carlos Drummond de Andrade (“A Buffara, que encontrou no caminho a pedra da poesia e a vai lapidando com emoção e reflexão”), Moacyr Scliar, Luis Fernando Veríssimo, Armindo Trevisan, Regina Drummond e Lima, Jane Tutikian, Paulo Bonfim e Patrícia Bins. A Erico Veríssimo, Buffara dedicou o poema *Lúcida Lembrança* (leia nesta página).

Ultimamente, Buffara publica suas poesias na imprensa alternativa, em periódicos de bairro. Mais do que poeta, porém, ele se considera jornalista. O próprio Tom Jobim não entendia esse posicionamento. “Por que você quer ser jornalista? Você já é escritor”, costumava dizer. Buffara respondia que não conseguia ver essa hierarquia de que o escritor é melhor. Assim se encerrou a discussão, antes de mais uns chopes e do seu retorno a Porto Alegre. “O Cristo Redentor vai ficar de braços cruzados até você voltar”, disse Tom na despedida.

Lúcida Lembrança



Jorge Buffara

Foto fornecida pelo autor

a Erico Veríssimo

Trago um tempo nas telas da alma
Recordações afloram-me aos sentidos
Introspecções de Erico e seus fluidos
Consolidados num clima de calma.
Nossos diálogos foram muito raros
Vez por outra, a mente era distante
Ele, o maior. Eu, poeta iniciante
Reclamava em meu verso os seus reparos.
“Imagens, filho! Gosto das imagens
Sou contador de estórias, emoções.”
E num sorriso, o terno-eterno abraço
Inatingível: tal como as miragens
Muro sem máscara ou mistificações
Seu olhar iluminava o espaço!

**Vitório Gheno**

Técnica : aquarela

Dimensões : 35 cm x 45 cm

Título da obra: *Charla*

Ano: 2006

Vitório Gheno

Vitório Gheno descende de italianos do Vêneto. Nasceu em Muçum (Rio Grande do Sul, Brasil) em 1923 e mora em Porto Alegre desde os quatro anos. Gheno é artista plástico, artista gráfico, ilustrador, gravador, aquarelista, desenhista, jornalista, publicitário, *designer* de mobiliário e objetos, antiquário, decorador de interiores e decorador especializado em Hotelaria. Viveu e estudou em Buenos Aires, em Paris e no Rio de Janeiro entre 1945 e 1957.

Iniciou sua carreira artística como ilustrador aos 13 anos na *Livraria do Globo*, onde ilustrou centenas de contos na famosa *Revista do Globo*, em Porto Alegre. Também criou capas e ilustrações para as editoras *Globo*, no Brasil, e *Peuser*, *Atlântida*, *Kraft*, *Sopema*, *Parati*, em Buenos Aires. Na revista *Manchete*, ilustrou inúmeros contos de Cyro Martins, Mário de Andrade, Rubem Braga, Vinicius de Moraes, Lygia Fagundes Telles, Fernando Sabino, entre outros ilustres escritores. Foi amigo de Monteiro Lobato, Adolpho Bloch, Joaquim Tenreiro e Paulo Werneck. Trabalhou também nos jornais *Correio do Povo*, *A Hora*, *Correio da Manhã*, *Última Hora*, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Colaborou com as revistas cariocas *Sombra*, *Rio*, *Rio Magazine*, quando viveu em Paris. Lá, frequentou ateliês de grandes artistas como Braque e Vertês. Conviveram com Gheno na mesma época em Paris: Antonio Bandeira, Carlos Scliar, José Moraes, Iberê Camargo, Cândido Portinari, Genaro de Carvalho, Cícero Dias, Danúbio Gonçalves, Clóvis Graciano.

De 1951 a 1956, Gheno foi diretor de arte da agência *McCann Erickson*, no Rio, onde criou o *lay-out* da revista *Manchete* nº 1, lançada em

1952, além de ser responsável por grandes contas como a da Coca-Cola e a da Esso. Além da *McCann*, trabalhou em agências no Brasil: *Varig*, *Standard*, *MPM*, e na Argentina: *Grant* e *Proventas*.

Além de artista plástico consagrado desde a década de 40, Gheno também é decorador especializado em Hotelaria há 40 anos. Quando voltou para Porto Alegre em 1957, fundou a primeira loja de decoração na cidade, com seu nome. Foi sucesso durante 3 décadas. Decorou vários hotéis no Brasil: *Rede Plaza de Hotéis*, *Rede Tropical de Hotéis* (da antiga *Varig*), entre muitos outros. Decorou hospitais, clubes e residências. Em São Paulo, criou centenas de litografias para os hotéis que decorou, no mesmo ateliê de seus contemporâneos Burtel Marx, Fayga Ostrower, Volpi e outros.

Nas artes plásticas, fez também inúmeras exposições individuais. Atualmente, expõe seis décadas de sua obra e pintura no MARGS – Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (que foi seu amigo) até o fim de novembro de 2006. Em outubro passado, foi homenageado com um livro sobre sua obra e vida – *Gheno, artista plástico* –, produzido e editado pela documentarista e fotógrafa Nádia Raupp Meucci, que também é a promotora e curadora de sua exposição retrospectiva que está em cartaz no Museu. Na noite do lançamento do livro em sua homenagem, compareceram 700 pessoas no MARGS. O livro é sucesso de vendas e pode ser acessado através do site www.vitoriogheno.art.br na internet.

Vitório Gheno sempre desenhou e pintou. E continua até hoje. Mora em Porto Alegre, onde trabalha.

Direito alternativo: divisor de águas entre o tradicional e o novo

Elaine Carrasco
Paula Tweedie

EM meados da década de 1980, no ocaso do regime militar, o Brasil sai às ruas pela eleição direta para a Presidência da República. A emenda que prevê a mudança não é aprovada. Na eleição indireta do Colégio Eleitoral, Tancredo Neves vence o candidato da situação, mas adoece e morre antes de assumir, ficando a vaga com o vice, José Sarney, saído há pouco das fileiras governistas. O cenário político é efervescente, repleto de surpresas, dúvidas e, sobretudo, de valorização da democracia.

É neste ambiente de esperança, de busca de liberdade, que um grupo de juízes gaúchos inicia um movimento que

se torna uma referência histórica na Justiça e fica conhecido como direito alternativo. Os integrantes nunca deram um rótulo à inovação, mas acabaram associados a uma corrente que surgira na Europa na década de 60, chamada Uso Alternativo do Direito.

No Rio Grande do Sul, inicialmente foram cerca de 30 os magistrados interessados em olhar o Direito por outra ótica. Um deles foi Márcio Oliveira Puggina, falecido em 2001. Na época, ele organizava cursos de Filosofia do Direito patrocinados pela AJURIS. Entre os outros pioneiros, estão os magistrados ouvidos nesta reportagem de resgate do direito alternativo.

Foto: AJURIS



Matéria do Jornal da Tarde, de São Paulo, deu notoriedade nacional ao movimento

Proteção dos mais fracos

“O direito alternativo nada mais é do que uma prática que estabelece um compromisso do julgador com o jurisdicionado, principalmente com aquele que é a parte mais fraca ou menos favorecida numa relação de conflito”, resume Henrique Roenick.

Sérgio Gischkow Pereira acrescenta que o direito alternativo busca uma interpretação mais justa da lei, que leva em conta a noção de justiça, a situação dos despossuídos, muitas vezes os menos lembrados pelos que fazem as leis. Ele lembra que os juízes gaúchos envolvidos com a questão partiram da visão filosófica do Direito como ciência cultural, que lida com objetos culturais, como tais sempre impregnados do elemento valorativo. “Estes objetos não podem ser estudados por um método racional-dedutivo, por uma lógica formal, mas sim, no dizer de Carlos Cossio, por um método empírico-dialético, o que implica uma lógica que pode ser denominada de material ou concreta ou dialética ou lógica do razoável, expressão esta cunhada por Luis Recasens Siches e já várias vezes adotada em acórdãos do Superior Tribunal de Justiça. É a denominada Escola Culturalista do Direito, por demais conhecida de todos quantos refletem em maior profundidade sobre a interpretação e aplicação das leis. Como de nada adianta um conceito vazio, vago e por demais amplo de justiça, buscou-se uma de suas concretizações na proteção dos mais fracos”, disserta.

Um dos marcos do direito alternativo, lembra Gischkow Pereira, foi o artigo “A lei. O juiz. O justo”, de autoria de Amilton Bueno de Carvalho, publicado no volume 39 da Revista da AJURIS, de março de 1987. O texto de Amilton começa assim:

“Na Faculdade de Direito ensinaram-me que o profissional capaz era aquele que mais conhecia a lei. No exercício da advocacia percebi que não bastava o conhecimento do direito positivo, necessário era saber o que pensavam os juízes, qual o caminho da jurisprudência. Ao assumir a magistratura, quando não mais tinha a responsabilidade ética de pedir ‘bem’, mas sim de decidir, descobri, em meio a angústia e sofrimento, que saber da lei e da jurisprudência não era suficiente. Os dispositivos legais, ao serem aplicados, com frequência, resultavam em decisões injustas. A jurisprudência, por comprometida com situações concretizadas, nem sempre chegava ao justo. Ciente de que a função jurisdicional só tem sentido se comprometida com o jurisdicionado é que iniciei estudo, coletando lições aqui e ali, trocando idéias com colegas e, antes de tudo, colhendo frutos da vivência diária, do que resultou o presente trabalho, onde busco discutir a lei, o dever do juiz de aplicá-la ou não quando em conflito com o justo, e, afinal, qual o justo a ser aplicado. Parece-me claro que, a partir do momento em que uma classe toma o poder, ela se equipa com um aparato legal buscando nele perpetuar-se. Nas sociedades capitalistas, onde o poder está nas mãos de uma minoria (os detentores do capital e seus representantes), a lei tem basicamente duas funções: manter coesas as forças que estão no mando e determinar a subordinação daqueles que sofrem a opressão (a maioria trabalhadora)...”

Decisões características do movimento

Henrique Roenick

Função social do imóvel

A Justiça não aceita a denúncia vazia para imóveis residenciais, mas a motivada tem o amparo na Lei do Inquilinato, que prevê o pedido de desocupação para uso de descendentes. “O proprietário tinha um filho que pegava dois ônibus para estudar na PUC e queria o apartamento. A justificativa era que, se mudando, o familiar usaria apenas uma condução”. Pela Lei do Inquilinato, o juiz teria que conceder favoravelmente ao dono do imóvel. “O que eu fiz? Busquei a função social do imóvel (prevista na Constituição desde 1988). O que era mais importante: encurtar o trajeto de um estudante até a faculdade? Ou a situação de uma viúva, que recebia uma pensão irrisória e que ainda tinha sob a sua guarda um filho com deficiência? Neste caso, o imóvel tinha uma função social muito maior para aquela mulher do que para o estudante”.

Sérgio Gischkow Pereira

Primazia de empregados frente a bancos

“Na 6ª Câmara Cível do TJRS, enfrentei, o que para mim era novidade, o problema das restituições de adiantamentos em contratos de câmbio para exportação. Um banco, com base em lei federal, invocava preferência para receber valores que adiantara ao falido, com prioridade até mesmo sobre créditos trabalhistas. Considerei que a lei contrariava a Constituição Federal por ferir a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III) e violar os objetivos fundamentais da República consistentes na construção de uma sociedade justa e solidária, na erradicação da pobreza e da marginalização e na redução das desigualdades sociais (art. 3º, incisos I e III). De um lado tínhamos o interesse de um banco, e, do outro, o de milhares de empregados, com suas famílias. Nosso Tribunal veio a consagrar esta orientação, depois afastada, infelizmente, pelo Superior Tribunal de Justiça”.

Rui Portanova

Freio na denúncia vazia e nos juros

O que mais o afligia na época era a questão da denúncia vazia. “Eu achava aquilo uma injustiça e me botei a estudar tudo que havia a respeito para encontrar argumentos que pudessem provar que ela era inviável. Na época fiz muitas sentenças negando a denúncia vazia, mas, quando chegaram ao Tribunal, todas foram reformadas, embora admitissem que eu tinha razão. Em relação a juros, quando entrou em voga a Constituição Federal de 1988, imediatamente eu baixei uma portaria para o contador dizendo que, a partir de então, diante da CF, nos meus processos os cálculos de juros não poderiam mais exceder a 12% ao ano.”